

Invasões nos territórios indígenas

GUILHERME CARRANO

As lideranças indígenas xavantes estão preocupadas com as propostas de substituição do Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) que estão sendo apresentados no Congresso Nacional. A maioria das lideranças indígenas desconhece e discorda das alterações propostas para o estatuto.

O receio das comunidades indígenas é que, conforme a história tem demonstrado, os índios sejam mais uma vez prejudicados com um novo ciclo de invasões de seus territórios por empresas mineradoras e madeireiras. Outro ponto de preo-

cupação das lideranças é a retirada da tutela aos atos negociais, o que colocará as comunidades indígenas, já carentes de assistência mínima e em condições de pobreza, à mercê dos interesses dessas empresas, sem falar nos fazendeiros regionais sem escrúpulos que vêem o índio como selvagens sem direitos, muito menos o de exigir.

O Estatuto do Índio, nos seus artigos 7º ao 11º, garante ao índio e à comunidade indígena requerer ao juízo competente a liberação do regime tutelar estabelecido em lei, tendo portanto, conforme o seu conhecimento da sociedade 'civilizada', principalmente quanto aos acordos e atos comerciais, ao direito e à liberdade de fazê-lo. Por que então perseguir esse direito, que sempre foi uma prerrogativa de proteção?

A questão é complicada para as lideranças indígenas, considerando que não confiam nas ações do governo, exemplificadas nas várias áreas indígenas que não foram demarcadas até a presente data, por omissão e por desinteresse dos próprios governos, e na própria desorganização do órgão indigenista oficial que, acreditam, seja proposital. Não esquecem, também, que os índios já perderam 90% de seu território original e de suas riquezas naturais, inclusive caça e pesca, desde 1500.

Consideram as lideranças indígenas que o Congresso Nacional não pode apressar a aprovação do Estatuto do Índio estando em risco a segurança e a integridade física das comunidades indígenas. E que a Funai, prejudicada por suas errôneas e

descomprometidas administrações, sem apoio da administração direta e sem respaldo orçamentário/financeiro, não tem tido condições de se reestruturar e se modernizar para acompanhar e assistir dignamente os problemas sofridos pelas comunidades indígenas. Desconfiam também das organizações não-governamentais que dizem defender os interesses dos índios, mas não vivem junto aos seus problemas e não participaram as comunidades indígenas nem sobre suas políticas e decisões e nem sobre os recursos que recebem de organismos internacionais ou do governo para atuarem "em prol do índio".

Entretanto, esperam essas lideranças que a atual presidência da Funai tome uma posição favorável aos interesses indígenas e lute por

isso, não cooperando e não comunicando com os interesses de empresas mineradoras e madeireiras nacionais e internacionais, as quais, dominadas pela ambição desenfreada, por sua própria natureza, não medem e não se interessam por consequências prejudiciais que possam ocorrer contra as comunidades indígenas. Não acreditam que os órgãos de governo e o Ministério Público — caso essas empresas sejam autorizadas a negociar com os índios, e o farão com rapidez — tenham condições de interferir ou até mesmo tomar conhecimento dos atos comerciais promovidos contra as comunidades, principalmente as mais isoladas ou afastadas das grandes cidades.

GUILHERME CARRANO é indigenista